

DAR — I SÉRIE — N.º 1 (2021.09.16)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a Sessão Evocativa do antigo Presidente da República Jorge Sampaio às 15 horas e 5 minutos.

Após ter lembrado a figura de Jorge Sampaio, o Presidente leu o Projeto de Voto n.º 668/XIV/2.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo PCP, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo PEV, pelo CH, pelo IL e pelas Deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira) — De pesar pelo falecimento de Jorge Sampaio.

Seguiram-se intervenções dos Deputados *Cristina Rodrigues* (N insc.), *Joacine Katar Moreira* (N insc.), *João Cotrim de Figueiredo* (IL), *Diogo Pacheco de Amorim* (CH), *José Luís Ferreira* (PEV), *Bebiana Cunha* (PAN), *Telmo Correia* (CDS-PP), *João Oliveira* (PCP), *Pedro Filipe Soares* (BE), *Fernando Negrão* (PSD) e *Ana Catarina Mendonça Mendes* (PS).

Foi, depois, aprovada, com aclamação, a parte deliberativa (a) do projeto de voto anteriormente lido, tendo a Câmara guardado 1 minuto de silêncio.

No final, procedeu-se à exibição de um filme evocativo da vida pública e política de Jorge Sampaio e foi ouvido um excerto do seu discurso proferido na Assembleia da República aquando da tomada de posse como Presidente da República, em 1996, após o que foi ouvido o hino nacional.

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 18 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 2 (2021.09.17)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foram apreciados, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 708/XIV/2.^a (PS) — Proteção e valorização do barranquenho e 800/XIV/2.^a (PCP) — Reconhecimento e proteção do barranquenho e da sua identidade cultural, tendo usado da palavra os Deputados *Pedro do Carmo* (PS), *João Dias* (PCP), *Ana Rita Bessa* (CDS-PP), *José Cesário* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *José Luís Ferreira* (PEV) e *Pedro Filipe Soares* (BE).

Deu-se conta da retirada, pelo CDS-PP, do seu Projeto de Resolução n.º 510/XIV/1.^a e da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 112/XIV/2.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 927 a 935/XIV/2.^a e 936/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1441 a 1445/XIV/2.^a e 1446/XIV/3.^a

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 516/XIV/2.^a (PSD) — Transfere a sede do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra, procedendo à décima alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Lei da organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional), à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, e à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos). Intervieram os Deputados *António Maló de Abreu* (PSD), *João Cotrim de Figueiredo* (IL), *Nelson Silva* (PAN), *José Manuel Pureza* (BE), *José Luís Ferreira* (PEV), *Diogo Pacheco de Amorim* (CH), *António Filipe* (PCP), *Pedro Delgado Alves* (PS) e *Telmo Correia* (CDS-PP).

Foi apreciado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 148/XIV/1.^a (CDS-PP) — Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde, tendo usado da palavra os Deputados [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [António Maló de Abreu](#) (PSD), [Susana Correia](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Foram debatidos, conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 883/XIV/2.^a (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento em varandas e espaços afins dos animais de companhia, procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e 932/XIV/2.^a (Deputada não inscrita [Cristina Rodrigues](#)) — Melhora as condições de detenção de cães e gatos previstas no Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro. Intervieram no debate os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN) (a), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [Palmira Maciel](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [João Oliveira](#) (PCP) e [Emília Cerqueira](#) (PSD).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 1161/XIV/2.^a (PEV) — Programa nacional para o uso eficiente da água juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 931/XIV/2.^a (PAN) — Estabelece a obrigação de o Governo implementar um plano nacional de ação de adaptação às alterações climáticas para o setor da água e com o Projeto de Resolução n.º 1188/XIV/2.^a (Deputada não inscrita [Joacine Katar Moreira](#)) — Por uma política da água que assegura a equidade de acesso e o abastecimento das populações. Usaram da palavra os Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [Nelson Silva](#) (PAN) (a), [Alexandre Quintanilha](#) (PS), [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Paulo Leitão](#) (PSD) e [Luís Graça](#) (PS).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária e na anterior.

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 11 minutos.

(a) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

DAR — I SÉRIE — N.º 3 (2021.09.18)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 109/XIV/2.^a (GOV) — Cria a possibilidade de fixação de margens máximas de comercialização para os combustíveis simples, que foi, depois, aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs 898/XIV/2.^a (PCP) — Estabelece um regime excecional e temporário de preços máximos dos combustíveis líquidos, 899/XIV/2.^a (PCP) — Estabelece um regime de preços máximos no gás, 900/XIV/2.^a (PCP) — Desoneração fiscal da eletricidade produzida por fontes de energia renovável e outras medidas para contrariar a escalada inflacionista do preço da eletricidade, 924/XIV/2.^a (CDS-PP) — Eliminação do aumento do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) e 928/XIV/2.^a (BE) — Introduce um regime de preços máximos de combustíveis e medidas antiespeculativas na formação dos preços de combustíveis, que foram rejeitados. Intervieram no debate, além do Secretário de Estado Adjunto e da Energia ([João Galamba](#)), os Deputados [Duarte Alves](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Isabel Pires](#) (BE), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Nelson Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e [Filipe Pacheco](#) (PS).

Foi discutida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 110/XIV/2.^a (GOV) — Aprova a lei antidopagem no desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem, tendo usado da palavra, além do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto (João Paulo Rebelo), os Deputados [Emídio Guerreiro](#) (PSD) — que também interpelou a Mesa sobre a impossibilidade de discussão e votação na especialidade da proposta de lei, dada a inexistência de tradução, em língua portuguesa, do Código Mundial Antidopagem —, [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP) e [Luís Monteiro](#) (BE).

Foram discutidos, em conjunto, tendo sido rejeitados, os Projetos de Resolução n.ºs 1438/XIV/2.^a (BE) — Garantia de acesso aos apoios extraordinários por parte de desempregados e trabalhadores independentes e 929/XIV/2.^a (PEV) — Prorrogação do prazo de garantia do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego. Intervieram os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Nelson Silva](#) (PAN), [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Cristina Mendes da Silva](#) (PS) e [Ofélia Ramos](#) (PSD).

Foram discutidos e rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 909/XIV/2.^a (PCP) — Alteração ao regime do arrendamento urbano, 930/XIV/2.^a (PAN) — Altera o regime de arrendamento urbano e o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda no âmbito da pandemia COVID-19, 933/XIV/2.^a (BE) — Reforça a proteção do direito à habitação das pessoas idosas (Oitava alteração ao NRAU e primeira alteração à Lei n.º 13/2019, de 12 de fevereiro), 934/XIV/2.^a (BE) — Reconhecimento de contratos de arrendamento (Oitava alteração ao Novo Regime do Arrendamento Urbano) e 935/XIV/2.^a (BE) — Pela estabilidade nos contratos de arrendamento (Septuagésima oitava alteração ao Código Civil). Intervieram os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP), [Maria Begonha](#) (PS), [Márcia Passos](#) (PSD) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 937, 938 e 941/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1447 a 1450/XIV/3.^a.

Foram lidos os seguintes projetos de voto:

N.º 651/XIV/2.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de António Norton de Matos;

N.º 654/XIV/2.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelas vítimas no Haiti;

N.º 661/XIV/2.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pela morte do Maestro Michel Corboz;

N.º 663/XIV/2.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Afonso Abrantes;

N.º 665/XIV/2.^a (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de José Manuel Carreira Marques;

N.º 666/XIV/2.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo IL, pela Deputada não inscrita Cristina Rodrigues, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo CH e pela Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Pelo falecimento de Pedro Tamen;

N.º 667/XIV/2.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo IL, pela Deputada não inscrita Cristina Rodrigues, pelo PS, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo CH e pela Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — De pesar pelo falecimento de Olga Prats;

N.º 671/XIV/3.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS, pelo BE, pelo PAN e pela Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — De pesar pelo falecimento de Otelo Saraiva de Carvalho;

N.º 672/XIV/3.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo CH, pelo IL e pelas Deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira) — De pesar pelo falecimento de Acácio Catarino.

Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a) daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 670/XIV/3.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo CH, pelo IL e pelas Deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira) — De saudação às Missões Portuguesas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio 2020, tendo sido aprovada, com aclamação, a respetiva parte deliberativa (a).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1441/XIV/2.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a São Tomé e Príncipe.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 708/XIV/2.^a (PS) — Proteção e valorização do barranquenho e 800/XIV/2.^a (PCP) — Reconhecimento e proteção do barranquenho e da sua identidade cultural.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 516/XIV/2.^a (PSD) — Transfere as sedes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra, procedendo à décima alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Lei da organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional), à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, e à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos).

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 148/XIV/1.^a (CDS-PP) — Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 883/XIV/2.^a (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento em varandas e espaços afins dos animais de companhia, procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e foi aprovado um requerimento, apresentado pelo partido proponente, solicitando a baixa, sem votação, à Comissão de Agricultura e Mar, pelo prazo de 60 dias, do Projeto de Lei n.º 932/XIV/2.^a (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Melhora as condições de detenção de cães e gatos previstas no Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos proponentes, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, pelo prazo de 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 1161/XIV/2.^a (PEV) — Programa nacional para o uso eficiente da água, do Projeto de Lei n.º 931/XIV/2.^a (PAN) — Estabelece a obrigação de o Governo implementar um plano nacional de ação de adaptação às alterações climáticas para o setor da água e do Projeto de Resolução n.º 1188/XIV/2.^a (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Por uma política da água que assegura a equidade de acesso e o abastecimento das populações.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 26/XIV/2.^a (GOV) — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia que altera o Quadro de Rotas estabelecido pelo Acordo sobre Transporte Aéreo, assinado em Lisboa, em 3 de outubro de 2018.

Foi aprovado o Relatório e Conta de Gerência da Assembleia da República relativo ao ano de 2020.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 1352/XIV/2.^a (PAN) — Promoção de um plano de proteção e despoluição do rio Paiva, 1377/XIV/2.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas para defesa da sustentabilidade do rio Paiva e afluentes, 1387/XIV/2.^a (PEV) — Implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização do rio Paiva e seus afluentes e 1395/XIV/2.^a (BE) — Pela aplicação urgente de medidas para a despoluição e preservação do rio Paiva.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1385/XIV/2.ª (PEV) — Resolução definitiva do problema ambiental constituído pelo aterro do Zambujal — Sesimbra.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1410/XIV/2.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de escolha dos membros do Conselho de Administração do Banco Português de Fomento, retire a proposta de designação de Vítor Fernandes e indique um nome alternativo.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 704/XIV/2.ª (BE) — Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador (décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), tendo o Deputado José Moura Soeiro (BE) proferido uma declaração de voto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 1300/XIV/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo medidas para promover a inclusão e a salvaguarda da qualidade de vida na área do Perímetro de Rega do Mira e do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e 1379/XIV/2.ª (PSD) — Uma nova geração de instrumentos de planeamento para assegurar a sustentabilidade do Litoral Alentejano.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 1365/XIV/2.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à imediata realização de obras de reabilitação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga, cumprindo uma resolução da Assembleia da República, e 1384/XIV/2.ª (BE) — Recomenda ao Governo o cumprimento urgente das Resoluções n.ºs 264/2018, de 13 de agosto, e 48/2019, de 15 de março, sobre a reabilitação da Escola EB 2/3 Frei Caetano Brandão (Braga) e a sua inclusão na lista nacional de escolas a reabilitar e modernizar.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 33 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 4 (2021.09.30)

SUMÁRIO

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando o levantamento da imunidade parlamentar a uma Deputada do PS e autorizando um Deputado do BE a intervir em tribunal.

Foi anunciada a alteração da data da deslocação do Presidente da República a São Tomé e Príncipe, aprovada em reunião plenária anterior.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 939, 940 e 942 a 954/XIV/3.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 1451 a 1454/XIV/3.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 53/XIV/3.ª

Em declaração política, o Deputado [José Luís Carneiro](#) (PS), referindo-se às eleições autárquicas realizadas no passado dia 26 de setembro, destacou a vitória do Partido Socialista, que manteve a presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, agradeceu o empenho e a dedicação dos autarcas e lamentou a elevada abstenção. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos

Deputados [Fernando Ruas](#) (PSD), [Mariana Silva](#) (PEV), [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [José Silvano](#) (PSD) considerou que os resultados das eleições autárquicas permitem ao PSD apresentar-se como alternativa ao Governo e salientou a necessidade de reforço da autonomia e do poder de decisão das autarquias. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Paulo Correia](#) (PS), [Bebiana Cunha](#) (PAN) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE), a propósito de mais uma condenação de João Rendeiro, criticou o Banco de Portugal pelo seu papel, enquanto regulador, nos casos financeiros do BPP, do BPN e do BES e teceu também críticas à justiça portuguesa por não garantir o efetivo cumprimento de penas no âmbito desses processos. Respondeu, a seguir, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Mónica Quintela](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP) e [Constança Urbano de Sousa](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Alma Rivera](#) (PCP), fazendo o balanço do início do ano letivo, teceu críticas ao Governo pela falta de meios e recursos da escola pública, agravada pela pandemia, e destacou medidas para reverter essa situação. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Porfírio Silva](#) (PS), [Cláudia André](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP) saudou os eleitores que se dirigiram às urnas nas últimas eleições, os portugueses que asseguraram o funcionamento das mesas de voto, os autarcas e os membros das juntas de freguesia em funções que promoveram a organização do ato eleitoral e congratulou-se com os resultados da coligação Viva Cascais, tendo ainda defendido a necessidade de reforma do funcionamento da Comissão Nacional de Eleições. Respondeu, depois, a um pedido de esclarecimento da Deputada [Carla Borges](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) lembrou que se encontra em processo de consulta pública o relatório de avaliação ambiental preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio e, dada a fase de transição do poder executivo autárquico, propôs o alargamento desse prazo de consulta pública para garantir uma participação mais alargada. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Hugo Pires](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PAN) e [Nelson Peralta](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) fez um balanço das últimas eleições autárquicas, que considerou poderem pronunciar uma alteração de ciclo político, e congratulou-se pelos resultados obtidos pelo seu partido. No final, respondeu a um pedido de esclarecimento do Deputado [Miguel Matos](#) (PS).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 42 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 5 (2021.10.01)

SUMÁRIO

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da apresentação das Propostas de Lei n.ºs 113 e 114/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1455 a 1457/XIV/3.^a

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 107/XIV/2.^a (GOV) — Altera os termos do exercício do mandato a meio tempo dos titulares das juntas de freguesia, tendo-se

pronunciado, além da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (Alexandra Leitão), os Deputados [Isaura Morais](#) (PSD), [José Maria Cardoso](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP) — que invocou conflito de interesses em relação à matéria em discussão — e [João Paulo Correia](#) (PS).

Foram discutidos, em conjunto, os seguintes projetos de resolução: n.º [272/XIV/1.ª](#) (PSD) — Necessidade de retomar as obras de requalificação da Escola Secundária João de Barros, Corroios; n.º [668/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que retome, com urgência, a reabilitação da Escola Secundária da Sertã, do Agrupamento de Escolas da Sertã, concelho da Sertã, distrito de Castelo Branco; n.º [671/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a reabilitação da Escola Secundária de Esmoriz, do concelho de Ovar, distrito de Aveiro; n.º [692/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a ampliação e a reabilitação da Escola Secundária de Porto de Mós do Agrupamento de Porto de Mós, deste mesmo concelho, no distrito de Leiria; n.º [702/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Básica 2,3 Júlio Brandão, em Vila Nova de Famalicão; n.º [722/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a ampliação e a reabilitação da Escola Secundária Raúl Proença, do Agrupamento de Escolas Raul Proença, do concelho das Caldas da Rainha, distrito de Leiria; n.º [738/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente requalificação do edificado da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso; n.º [747/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente requalificação do edificado da Escola Secundária 3 Camilo Castelo Branco, em Vila Real; n.º [750/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a requalificação da Escola Secundária de Arganil; n.º [872/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente e imediata requalificação do edificado da Escola EB 2,3/S Pedro Ferreiro, em Ferreira do Zêzere; n.º [885/XIV/2.ª](#) (IL) — Recomendação ao Governo para proceder à requalificação da Escola Básica 2,3 e Secundária Pedro Ferreiro, em Ferreira do Zêzere; n.º [290/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a conclusão urgente das obras da Escola Secundária João de Barros; n.º [343/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à requalificação da Escola EB 2,3 Mário de Sá Carneiro, no concelho de Loures, e que divulgue o calendário de intervenções de remoção de fibras de amianto nos equipamentos escolares; n.º [684/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra a Resolução da Assembleia da República n.º 259/2018 e proceda à requalificação da Escola Secundária de Esmoriz, em Ovar; n.º [694/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que diligencie no sentido de serem retomadas, com urgência, as obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã; n.º [708/XIV/2.ª](#) (PEV) — Pela reabilitação urgente da Escola Secundária de Esmoriz (Ovar); n.º [710/XIV/2.ª](#) (PEV) — Pelo recomeço urgente das obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã; n.º [721/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, com urgência, programe, agende e execute as necessárias obras para ampliação e requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós; n.º [736/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que programe obras de requalificação na Escola Secundária Raúl Proença, nas Caldas da Rainha; n.º [737/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica 2, 3 Júlio Brandão, de Vila Nova de Famalicão; n.º [749/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra a Resolução da Assembleia da República n.º 257/2018 e proceda à requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso; n.º [766/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à realização de obras na Escola Secundária 3 Camilo Castelo Branco, em Vila Real; n.º [874/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à imediata requalificação da Escola Básica 2,3 e Secundária Pedro Ferreiro, de Ferreira do Zêzere; n.º [991/XIV/2.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a realização das necessárias obras na Escola Secundária Raúl Proença, nas Caldas da Rainha; n.º [1028/XIV/2.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a conclusão das obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã; n.º [1237/XIV/2.ª](#) (PS) —

Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, de Vila Real; e n.º 1274/XIV/2.^a (PEV) — Modernização e requalificação da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em Vila Real. Usaram da palavra os Deputados [Firmino Marques](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Alexandra Vieira](#) (BE), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [Sara Velez](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP) — que, dado ir renunciar ao mandato, dirigiu-se também à Câmara para fazer alguns agradecimentos, tendo o Presidente lamentado a sua decisão, desejando-lhe felicidades —, [Francisco Rocha](#) e [Porfírio Silva](#) (PS) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 919/XIV/2.^a (BE) — Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (décima sexta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de outubro), 343/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece restrições à publicidade nos jogos e apostas (décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro), 951/XIV/3.^a (Deputada não inscrita [Cristina Rodrigues](#)) — Altera o Código da Publicidade por forma a tornar obrigatória a advertência do potencial de criar dependência nos jogos sociais, tais como euromilhões, raspadinhas, totobola/totoloto e lotarias, e 952/XIV/3.^a (PAN) — Limita a publicidade a jogos e apostas e aprova medidas de defesa do consumidor e de promoção da literacia sobre os riscos associados ao jogo, procedendo à décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro. Proferiram intervenções os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [Nelson Silva](#) (PAN), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Filipe Pacheco](#) (PS) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foi apreciado o Projeto de Resolução n.º 1445/XIV/2.^a (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional. Intervieram os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP), [Ofélia Ramos](#) (PSD) e [Fernando José](#) (PS).

Deu-se conta de uma Deputada que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 42 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 6 (2021.10.02)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

De seguida, o Presidente anunciou a realização, durante a reunião plenária, da eleição de quatro juízes para o Tribunal Constitucional, de quatro membros para o Conselho Superior de Informações, de seis membros para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Presidente e de dois membros para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia, pela Assembleia da República, no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, procedeu-se a um debate, com a participação do Governo, relativamente ao estado da União Europeia. Na abertura do debate, interveio o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ([Augusto Santos Silva](#)), tendo-se seguido no uso da palavra os Deputados [Isabel Oneto](#) e [Carlos Brás](#) (PS), [Isabel Meireles](#) e [Sérgio Marques](#) (PSD), [Fabiola Cardoso](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Nelson Silva](#) (PAN), [José](#)

Luís Ferreira (PEV), Diogo Pacheco de Amorim (CH) e João Cotrim de Figueiredo (IL). A encerrar o debate, interveio de novo o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Foi discutido e aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª (CDS-PP) — Conta-corrente entre os contribuintes e o Estado, tendo-se pronunciado os Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), João Cotrim de Figueiredo (IL), Nelson Silva (PAN), Diogo Pacheco de Amorim (CH), Duarte Alves (PCP), Nuno Miguel Carvalho (PSD), Mariana Mortágua (BE) e Fernando Anastácio (PS).

Procedeu-se à apreciação conjunta dos seguintes diplomas:

*Projeto de Lei n.º 865/XIV/2.ª (PAN) — Pela proteção do tubarão-mako/anequim (*Isurus oxyrinchus* e *Isurus paucus*), que foi rejeitado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 864/XIV/2.ª (PAN) — Monitorização eletrónica remota (MER) dos barcos de pesca, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 1332/XIV/2.ª (PAN) — Interdição do uso de chumbo na pesca, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 1389/XIV/2.ª (PAN) — Recomenda ao Governo português o reconhecimento e a atribuição de um estatuto profissional ao Observador Marítimo de Pescas, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 833/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Determina o fim da pesca de arrasto de fundo, com vista à proteção dos ecossistemas marinhos, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 27/XIV/1.ª (PCP) — Estabilização temporal do subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura;

Projeto de Resolução n.º 95/XIV/1.ª (PCP) — Programa em defesa da pesca do cerco e dos seus profissionais;

Projeto de Resolução n.º 1239/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas de minimização dos impactos da pesca, que foi aprovado na generalidade.

Usaram da palavra no debate daqueles diplomas os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Cristina Rodrigues (N insc.), João Dias (PCP), Ricardo Vicente (BE), João Azevedo Castro (PS), Mariana Silva (PEV), Ana Passos (PS), Ilídia Quadrado (PSD), Olavo Câmara (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP).

Foram discutidos e rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 31/XIV/1.ª (PEV) — Alarga a abrangência a novos produtos da rotulagem para os alimentos que contêm transgénicos e 944/XIV/3.ª (PAN) — Estabelece a obrigatoriedade de prestação de informação ao consumidor relativamente aos custos ambientais da produção dos géneros alimentícios, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 138/90, de 26 de abril. Intervieram os Deputados Mariana Silva (PEV), Bebiana Cunha (PAN), João Moura (PSD), Palmira Maciel (PS), Nelson Peralta (BE), João Dias (PCP), João Miguel Nicolau (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP).

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs 674/XIV/3.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Professor Doutor Manuel Ferreira Patrício e 675/XIV/3.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo PCP, pelo PAN, pelo PEV, pelo CH, pelo IL e pelas Deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira) — De pesar pelo falecimento de José-Augusto França, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1452/XIV/3.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República às Canárias.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 107/XIV/2.ª (GOV) — Altera os termos do exercício do mandato a meio tempo dos titulares das juntas de freguesia.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 272/XIV/1.ª (PSD) — Necessidade de retomar as obras de requalificação da Escola Secundária João de Barros,

Corroios, [668/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que retome, com urgência, a reabilitação da Escola Secundária da Sertã, do Agrupamento de Escolas da Sertã, do concelho de Sertã, distrito de Castelo Branco, [671/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a reabilitação da Escola Secundária de Esmoriz, do concelho de Ovar, distrito de Aveiro, [692/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a ampliação e a reabilitação da Escola Secundária de Porto de Mós do Agrupamento de Porto de Mós, deste mesmo concelho, distrito de Leiria, [702/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Básica 2,3 Júlio Brandão, em Vila Nova de Famalicão, [722/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a ampliação e a reabilitação da Escola Secundária Raúl Proença, do Agrupamento de Escolas Raúl Proença, do concelho das Caldas da Rainha, distrito de Leiria, [738/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente requalificação do edifício da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, [747/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente requalificação do edifício da Escola Secundária 3 Camilo Castelo Branco, em Vila Real, [750/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a requalificação da Escola Secundária de Arganil, [872/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente e imediata requalificação do edifício da Escola EB 2,3/S Pedro Ferreiro, em Ferreira do Zêzere, [885/XIV/2.^a](#) (IL) — Recomendação ao Governo para proceder à requalificação da Escola Básica 2,3 e Secundária Pedro Ferreiro, em Ferreira do Zêzere, [290/XIV/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a conclusão urgente das obras da Escola Secundária João de Barros, [343/XIV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à requalificação da Escola EB 2,3 Mário de Sá Carneiro, no concelho de Loures, e que divulgue o calendário de intervenções de remoção de fibras de amianto nos equipamentos escolares, [684/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra a Resolução da Assembleia da República n.º 259/2018 e proceda à requalificação da Escola Secundária de Esmoriz, em Ovar, [694/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que diligencie no sentido de serem retomadas, com urgência, as obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã, [708/XIV/2.^a](#) (PEV) — Pela reabilitação urgente da Escola Secundária de Esmoriz (Ovar), [710/XIV/2.^a](#) (PEV) — Pelo recomeço urgente das obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã, [721/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, com urgência, programe, agende e execute as necessárias obras para ampliação e requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós, [736/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que programe obras de requalificação na Escola Secundária Raúl Proença, nas Caldas da Rainha, [737/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica 2, 3 Júlio Brandão, de Vila Nova de Famalicão, [749/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra a Resolução da Assembleia da República n.º 257/2018 e proceda à requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, [766/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à realização de obras na Escola Secundária 3 Camilo Castelo Branco, Vila Real, [874/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à imediata requalificação da Escola Básica 2,3 e Secundária Pedro Ferreiro, de Ferreira do Zêzere, [991/XIV/2.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a realização das necessárias obras na Escola Secundária Raúl Proença, nas Caldas da Rainha, [1028/XIV/2.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a conclusão das obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã, [1237/XIV/2.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, de Vila Real e [1274/XIV/2.^a](#) (PEV) — Modernização e requalificação da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em Vila Real.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [919/XIV/2.^a](#) (BE) — Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (décima sexta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

330/90, de 23 de outubro), [343/XIV/1.^a](#) (PCP) — Estabelece restrições à publicidade nos jogos e apostas (décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro), [951/XIV/3.^a](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Altera o Código da Publicidade por forma a tornar obrigatória a advertência do potencial de criar dependência nos jogos sociais, tais como euromilhões, raspadinhas, totobola/totoloto e lotarias e [952/XIV/3.^a](#) (PAN) — Limita a publicidade a jogos e apostas e aprova medidas de defesa do consumidor e de promoção da literacia sobre os riscos associados ao jogo, procedendo à décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [1445/XIV/2.^a](#) (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional.

Foram aprovadas, em votação global, as Propostas de Resolução n.ºs [27/XIV/2.^a](#) (GOV) — Aprova, para ratificação, o Protocolo Adicional à Convenção do Conselho da Europa sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 18 de dezembro de 1997, e [28/XIV/2.^a](#) (GOV) — Aprova, para adesão, o Protocolo que Altera o Protocolo Adicional à Convenção do Conselho da Europa sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 22 de novembro de 2017.

Foram aprovados os pontos 1, 2 e 5 a 9 e rejeitados os pontos 3 e 4 do Projeto de Resolução n.º [1403/XIV/2.^a](#) (BE) — Por uma política agrícola comum mais útil para a sociedade e mais justa para todos os territórios e agricultores.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a solicitar nova apreciação, na generalidade, por mais 90 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [798/XIV/2.^a](#) (PCP) — Criminalização do enriquecimento injustificado (quinquagésima segunda alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, e sétima alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho), [805/XIV/2.^a](#) (BE) — Cria o crime de enriquecimento injustificado e ocultação de riqueza (segunda alteração ao Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos), [816/XIV/2.^a](#) (PS) — Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, procedendo ao alargamento das obrigações declarativas e à densificação do crime de ocultação de enriquecimento, [843/XIV/2.^a](#) (PAN) — Alarga as obrigações declarativas dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos e cria o crime de ocultação intencional de enriquecimento, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, [860/XIV/2.^a](#) (PEV) — Procede à segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, com vista a prevenir e combater o enriquecimento injustificado e a ocultação de riqueza, [867/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Cria o crime de sonegação de proventos e revê as penas aplicáveis em sede de crimes de responsabilidade praticados por titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, [874/XIV/2.^a](#) (IL) — Reforça o dever de transparência que impende sobre titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos (segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho), [877/XIV/2.^a](#) (PSD) — Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, ampliando obrigações declarativas e prevendo a comunicação obrigatória ao Ministério Público da falta de indicação dos factos que originaram aumentos patrimoniais e [881/XIV/2.^a](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Cria o crime de ocultação de riqueza com vista à prevenção da corrupção e aumento da integridade pública.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [1352/XIV/2.^a](#) (PAN) — Promoção de um plano de proteção e despoluição do Rio Paiva, [1377/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas para defesa da sustentabilidade do rio Paiva e afluentes, [1387/XIV/2.^a](#) (PEV) — Implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização do rio Paiva e seus afluentes e [1395/XIV/2.^a](#) (BE) — Pela aplicação urgente de medidas para a despoluição e preservação do rio Paiva.

Foram aprovados os n.ºs 46 a 62 do Diário relativos à sessão legislativa anterior.

Deu-se conta da presença de uma Deputada, por videoconferência, na reunião plenária.
O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 17 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 7 (2021.10.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de uma Deputada do CDS-PP e à respetiva substituição.

Deu-se conta dos resultados das eleições realizadas na sessão anterior, tendo sido eleitos quatro juízes para o Tribunal Constitucional, seis membros para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Presidente e dois membros para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública e não tendo sido eleitos quatro membros para o Conselho Superior de Informações.

Foi comunicado o cancelamento da deslocação do Presidente da República às Canárias.

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Resolução n.º 29/XIV/3.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 955 a 970, 972 a 974 e 977/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1458 a 1462/XIV/3.^a.

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [780/XIV/2.^a](#) (PS) — Proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue, [943/XIV/3.^a](#) (PAN) — Promove a dádiva de sangue e proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue, [945/XIV/3.^a](#) (BE) — Proíbe a discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género, da expressão de género e das características sexuais na doação de sangue e [947/XIV/3.^a](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Altera a Lei n.º 37/2012, de 27 de agosto, impedindo a discriminação na dádiva de sangue em razão da orientação sexual. Intervieram os Deputados [Miguel Matos](#) (PS), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Fabiola Cardoso](#) (BE), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [111/XIV/2.^a](#) (GOV) — Regula a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [988/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Aquisição de câmaras de fardamento (bodycams) para veículos de serviço e para videovigilância em esquadras e postos, [119/XIV/1.^a](#) (CH) — Pelo reforço do investimento e valorização das forças de segurança e [1268/XIV/2.^a](#) (CH) — Recomenda a utilização de câmaras pelos agentes das forças de segurança nacionais. Usaram da palavra o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna (Antero Luís) e os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Nelson Silva](#) (PAN), [Duarte Marques](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [José Manuel Pureza](#) (BE) e [Isabel Oneto](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º [109/XIV/1.^a](#) (S.T.O.P. Sindicato) — Pela redução do número de alunos por turma, pelo rejuvenescimento da classe docente e pela dignificação do pessoal não docente nas escolas. Intervieram os Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [Alexandra Vieira](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Martina Jesus](#) (PS), [António Cunha](#) (PSD) e [Bebiana Cunha](#) (PAN).

Foi apreciada a Petição n.º 140/XIV/2.^a (Daniel José Henriques Martins e outros) — Preservar a serra de Carnaxide, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 754/XIV/2.^a (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Classificação da serra de Carnaxide como paisagem protegida, 772/XIV/2.^a (BE) — Recomenda ao Governo a classificação da serra de Carnaxide como paisagem protegida, 782/XIV/2.^a (PEV) — Visa a classificação da serra de Carnaxide como paisagem protegida, 802/XIV/2.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que classifique a serra de Carnaxide como paisagem protegida, 1169/XIV/2.^a (PS) — Recomenda ao Governo que promova a salvaguarda e a valorização da serra de Carnaxide, 1196/XIV/2.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que proteja a serra de Carnaxide e 1246/XIV/2.^a (PCP) — Pela preservação da serra de Carnaxide e do seu usufruto pelas populações. Intervieram, a diverso título, os Deputados Joacine Katar Moreira (N insc.), Isabel Pires (BE), Mariana Silva (PEV), Inês de Sousa Real (PAN), Alexandra Tavares de Moura (PS), Alexandre Poço (PSD), Alma Rivera (PCP), Rita Borges Madeira (PS), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Pedro Morais Soares (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º 114/XIV/1.^a (APDP-Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal) — Quantos somos com diabetes tipo 1?, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 1066/XIV/2.^a (BE) — Criação de um registo nacional da diabetes tipo 1, 1213/XIV/2.^a (PCP) — Criação do registo nacional de doentes com diabetes tipo 1, 1256/XIV/2.^a (PEV) — Concretização de um registo nacional da diabetes tipo 1 e 1443/XIV/2.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação e implementação de um registo nacional único da diabetes tipo 1, em Portugal. Pronunciaram-se os Deputados Moisés Ferreira (BE), João Dias (PCP), José Luís Ferreira (PEV), Bebiana Cunha (PAN), Miguel Arrobas (CDS-PP), Rui Cristina (PSD) e Susana Correia (PS).

Deu-se conta de um Deputado que esteve presente por videoconferência.

O Presidente (José Manuel Pureza) encerrou a sessão eram 18 horas e 23 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 8 (2021.10.08)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 971, 975, 976 e 978 a 983/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1463 a 1466/XIV/3.^a

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com o Governo sobre política geral, tendo o Primeiro-Ministro (António Costa), a Ministra da Saúde (Marta Temido) e o Ministro do Ambiente e Ação Climática (João Pedro Matos Fernandes) dado resposta às perguntas formuladas pelos Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), Rui Rio (PSD), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), José Luís Ferreira (PEV), Diogo Pacheco de Amorim (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), Ana Catarina Mendonça Mendes e José Luís Carneiro (PS), Pedro Morais Soares (CDS-PP), João Paulo Correia e Filipe Pacheco (PS), Filipa Roseta, André Coelho Lima, Paulo Leitão e Cristóvão Norte (PSD), João Oliveira (PCP) e Mariana Silva (PEV).

O Presidente (José Manuel Pureza) encerrou a sessão eram 18 horas e 35 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Foi apreciada a Petição n.º 130/XIV/2.^a (Movimento Assim Não é Escola) — Pela revisão das orientações da DGS para o ano letivo 2020/2021, tendo proferido intervenções os Deputados [Carla Madureira](#) (PSD), [Maria Joaquina Matos](#) (PS), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Ana Mesquita](#) (PCP) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Foi apreciada a Petição n.º 129/XIV/2.^a (Ângela Maria Oliveira Galvão e outros) — COVID-19 — Alargamento da licença de maternidade para 1 ano a 100%, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 622/XIV/2.^a (CDS-PP) — Cria a licença parental pré-natal e o subsídio parental pré-natal, procedendo à décima oitava alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, e à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, 643/XIV/2.^a (Deputada não inscrita [Cristina Rodrigues](#)) — Promove a igualdade no exercício das responsabilidades parentais, estabelecendo uma licença parental inicial paritária, 841/XIV/2.^a (PAN) — Aprova medidas de reforço da proteção na parentalidade, procedendo, para o efeito, à décima sexta alteração ao Código do Trabalho e à sexta alteração ao regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade, 857/XIV/2.^a (Deputada não inscrita [Cristina Rodrigues](#)) — Reforça a proteção dos advogados em caso de parentalidade, 948/XIV/3.^a (BE) — Alarga e garante a atribuição da licença parental inicial igualitária em termos de género às famílias monoparentais e por via da adoção, alarga a licença inicial exclusiva do pai e a dispensa para amamentação, aleitação e acompanhamento da criança (vigésima primeira alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro, quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, e sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril) (que, a requerimento dos proponentes, baixaram à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, pelo prazo de 60 dias), 524/XIV/2.^a (CH) — Pelo aumento da licença parental atribuída às mães e aos pais do País, contribuindo, desta forma, para um fortalecimento dos laços familiares e, conseqüentemente, da taxa de natalidade, e com o Projeto de Resolução n.º 956/XIV/2.^a (CH) — Apoio excecional às famílias monoparentais e numerosas (que foram rejeitados). Pronunciaram-se os Deputados [Pedro Moraes Soares](#) (CDS-PP), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Mariana Silva](#) (PEV), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Ofélia Ramos](#) (PSD) e [Cristina Mendes da Silva](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 52/XIV/1.^a (Manuel de Sousa e Silva e outros) — Pela requalificação urgente da Estrada Nacional n.º 16, entre as termas de São Pedro do Sul e Vouzela. Proferiram intervenções os Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [Carla Borges](#) (PSD), [Nelson Silva](#) (PAN), [Ana Mesquita](#) (PCP), [José Rui Cruz](#) (PS), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Isabel Pires](#) (BE).

Foi apreciada a Petição n.º 41/XIV/1.^a (Sebastião Manuel da Silva Lameiras e outros) — Construção de um novo centro de saúde na freguesia da Quinta do Conde, concelho de Sesimbra, com um serviço de urgência básica, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 1064/XIV/2.^a (BE) — Construção de um novo centro de saúde na Quinta do Conde, em Sesimbra, 1120/XIV/2.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a construção de um novo centro de saúde na Quinta do Conde, concelho de Sesimbra, 1127/XIV/2.^a (Deputada não inscrita [Cristina Rodrigues](#)) — Construção de um novo centro de saúde e serviço de urgência básica na Quinta do Conde, 1134/XIV/2.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a construção de um novo centro de saúde na Quinta do Conde, Sesimbra, 1212/XIV/2.^a (PCP) — Recomenda ao

Governo a construção de um novo centro de saúde na Quinta do Conde, concelho de Sesimbra, e [1231/XIV/2.^a](#) (PEV) — Construção de um novo centro de saúde na freguesia da Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra, que foram aprovados na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados [Moisés Ferreira](#) (BE), [Fernanda Velez](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Ivan Gonçalves](#) (PS) e [Bebiana Cunha](#) (PAN).

Após ter sido lido o Projeto de Voto n.º [681/XIV/3.^a](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo CH e pelo IL) — De pesar pelo falecimento de Vítor Feytor Pinto, foi aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que foi guardado 1 minuto de silêncio:

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [780/XIV/2.^a](#) (PS) — Proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue, [943/XIV/3.^a](#) (PAN) — Promove a dádiva de sangue e proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue, [945/XIV/3.^a](#) (BE) — Proíbe a discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género, da expressão de género e das características sexuais na doação de sangue e [947/XIV/3.^a](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Altera a Lei n.º 37/2012, de 27 de agosto, impedindo a discriminação na dádiva de sangue em razão da orientação sexual.

Foram aprovados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [111/XIV/2.^a](#) (GOV) — Regula a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança e o Projeto de Resolução n.º [988/XIV/2.^a](#) (CDS-PP) — Aquisição de câmaras de fardamento (bodycams) para veículos de serviço e para videovigilância em esquadras e postos, tendo sido rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [119/XIV/1.^a](#) (CH) — Pelo reforço do investimento e valorização das forças de segurança e [1268/XIV/2.^a](#) (CH) — Recomenda a utilização de câmaras pelos agentes das forças de segurança nacionais.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [754/XIV/2.^a](#) (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Classificação da serra de Carnaxide como paisagem protegida, [772/XIV/2.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo a classificação da serra de Carnaxide como paisagem protegida, [782/XIV/2.^a](#) (PEV) — Visa a classificação da serra de Carnaxide como paisagem protegida, [802/XIV/2.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que classifique a serra de Carnaxide como paisagem protegida, [1169/XIV/2.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova a salvaguarda e a valorização da serra de Carnaxide, [1196/XIV/2.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que proteja a serra de Carnaxide e [1246/XIV/2.^a](#) (PCP) — Pela preservação da serra de Carnaxide e do seu usufruto pelas populações.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [1066/XIV/2.^a](#) (BE) — Criação de um registo nacional da diabetes tipo 1, [1213/XIV/2.^a](#) (PCP) — Criação do registo nacional de doentes com diabetes tipo 1, [1256/XIV/2.^a](#) (PEV) — Concretização de um registo nacional da diabetes tipo 1 e [1443/XIV/2.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação e implementação de um registo nacional único da diabetes tipo 1, em Portugal.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [27/XIV/1.^a](#) (PCP) — Estabilização temporal do subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura e [95/XIV/1.^a](#) (PCP) — Programa em defesa da pesca do cerco e dos seus profissionais.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [1439/XIV/2.^a](#) (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Recomenda ao Governo a implementação de políticas públicas para um combate eficaz aos crimes de ódio em Portugal.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [1343/XIV/2.^a](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Recomenda a instalação de desfibriladores automáticos externos (DAE) em todos os recintos desportivos e escolas e o reforço da formação em suporte básico de vida.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 1320/XIV/2.^a (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para reforçar a mobilidade elétrica, 1340/XIV/2.^a (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Pelo reforço dos incentivos à aquisição de velocípedes com ou sem assistência elétrica para deslocações urbanas e suburbanas e 1402/XIV/2.^a (PS) — Recomenda ao Governo que reforce os incentivos à mobilidade ativa ciclável no âmbito do Fundo Ambiental;

Apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo à Proposta de Lei n.º 109/XIV/2.^a (GOV) — Cria a possibilidade de fixação de margens máximas de comercialização para os combustíveis simples;

Apresentado pela Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, relativo à Proposta de Lei n.º 107/XIV/2.^a (GOV) — Altera os termos do exercício do mandato a meio tempo dos titulares das juntas de freguesia, relativamente ao qual foi aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Lara Martinho](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 1467 e 1468/XIV/3.^a.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 55 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 10 (2021.10.14)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Foram aprovados quatro pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à renúncia ao mandato de três Deputados do PS e de um do PSD e à assunção dos mandatos correspondentes e foi também aprovado um parecer relativo à suspensão do mandato de uma Deputada do PSD e à respetiva substituição.

O Presidente desejou felicidades aos Deputados que renunciaram aos mandatos para assumirem funções autárquicas, tendo os Deputados [Raul Miguel Castro](#) e [Fernando Paulo Ferreira](#) (PS) dirigido palavras de agradecimento à Câmara e aos serviços da Assembleia da República.

Deu-se conta da apresentação das Propostas de Lei n.ºs 115 e 116/XIV/3.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 984 a 992/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1469 a 1471/XIV/3.^a

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 974/XIV/3.^a (PS) — Alteração à Lei n.º 2/3013, de 10 de janeiro, e à Lei 53/2015, de 11 de junho, com vista ao reforço do interesse público, da autonomia e independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, 983/XIV/3.^a (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Promove o acesso a atividades profissionais reguladas, eliminando as restrições injustificadas no acesso a estas profissões e estabelecendo limites à duração e organização dos estágios, 988/XIV/3.^a (IL) — Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro) e 989/XIV/3.^a (PAN) — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais. Intervieram, a diverso título, além do Secretário Adjunto do Primeiro Ministro (Tiago Antunes), os Deputados [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#)

(N insc.), João Cotrim de Figueiredo (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Telmo Correia (CDS-PP), Maria Begonha (PS), Mónica Quintela (PSD), André Ventura (CH), José Luís Ferreira (PEV), José Moura Soeiro (BE), Clara Marques Mendes (PSD), Nelson Silva (PAN), António Filipe (PCP), Joana Sá Pereira (PS), Pedro Morais Soares (CDS-PP), Ascenso Simões (PS), Paulo Moniz (PSD) e Ana Catarina Mendonça Mendes (PS).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 18 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 11 (2021.10.15)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 891/XIV/2.^a (PS) — Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações. Usaram da palavra os Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), José Maria Cardoso (BE), Bebiana Cunha (PAN), Cecília Meireles (CDS-PP), Paula Santos (PCP) e André Ventura (CH).

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 51/2021, de 15 de junho, que aprova o Regulamento Consular [Apreciação Parlamentar n.º 51/XIV/2.^a (PSD)]. Proferiram intervenções, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Augusto Santos Silva), os Deputados José Cesário (PSD), Paulo Pisco (PS), Nelson Silva (PAN), Alexandra Vieira (BE), Pedro Morais Soares (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Lara Martinho (PS) e André Ventura (CH). No encerramento do debate, usaram da palavra o Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) e, de novo, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, tendo sido anunciada pela Mesa a apresentação, pelo PSD e pelo PAN, de propostas de alteração.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 872/XIV/2.^a (BE) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (sexta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), 880/XIV/2.^a (PCP) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (sexta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), 913/XIV/2.^a (PSD) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (sexta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro) e 967/XIV/3.^a (PAN) — Procede à prorrogação do prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal e garante mecanismos de transparência neste processo, alterando a Lei n.º 91/95, de 2 de setembro. Usaram da palavra os Deputados Maria Manuel Rola (BE), Paula Santos (PCP), Filipa Roseta (PSD), Nelson Silva (PAN), André Pinotes Batista (PS) e Pedro Morais Soares (CDS-PP).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 44/XIV/1.^a (PCP) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar para todos os trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, e décima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) e 955/XIV/3.^a (BE) — Repõe o valor do trabalho suplementar e o direito ao descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo no setor público e privado. Intervieram os Deputados Diana Ferreira (PCP), José Moura Soeiro (BE), Nelson Silva (PAN), Carla Barros (PSD), Pedro Morais Soares (CDS-PP) e Fernando José (PS).

Foi apreciado o Projeto de Resolução n.º 80/XIV/1.^a (CDS-PP) — Para uma política integrada de natalidade e de valorização da família, tendo proferido intervenções os Deputados

Pedro Morais Soares (CDS-PP), Bebiana Cunha (PAN), Mariana Silva (PEV), José Moura Soeiro (BE), Lina Lopes (PSD), Sónia Fertuzinhos (PS), André Ventura (CH) e Diana Ferreira (PCP).

*Foi apreciado o Projeto de Resolução n.º 1451/XIV/3.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que desenvolva e implemente uma estratégia nacional integrada de combate à solidão enquanto eixo estratégico de saúde pública, sobre o qual se pronunciaram os Deputados *Inês de Sousa Real (PAN), Joana Lima (PS), Rui Cristina (PSD), Miguel Arrobas (CDS-PP), Mariana Silva (PEV), Moisés Ferreira (BE), João Dias (PCP) e Elza Pais (PS).**

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 993 e 994/XIV/3.^a e do Projeto de Resolução n.º 1472/XIV/3.^a

O Presidente (José Manuel Pureza) encerrou a sessão eram 18 horas e 35 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 12 (2021.10.16)

SUMÁRIO

O Presidente (José Manuel Pureza) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

*Foi discutida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 112/XIV/2.^a (GOV) — Estabelece uma isenção de imposto do selo para as operações de reestruturação ou refinanciamento da dívida em moratória. Usaram da palavra, além do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), os Deputados *Nelson Silva (PAN), Carlos Silva (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Duarte Alves (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Vera Braz (PS).**

*Foi apreciado, e posteriormente rejeitado, o Inquérito Parlamentar n.º 8/XIV/2.^a (CH) — Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito à atuação do Ministério da Administração Interna e das forças sob a sua tutela no caso do acidente de viação que, envolvendo a viatura oficial do Ministro Eduardo Cabrita, atropelou mortalmente um trabalhador na Autoestrada A6. Intervieram os Deputados *André Ventura (CH), Carlos Peixoto (PSD), Nelson Silva (PAN), Pedro Filipe Soares (BE), João Cotrim de Figueiredo (IL), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP) e Francisco Pereira Oliveira (PS).**

*Foi discutido e aprovado o Projeto de Resolução n.º 639/XIV/2.^a (PEV) — Regulamentação de piscinas de lazer integradas em empreendimentos turísticos e alojamentos locais e de uso doméstico. Pronunciaram-se os Deputados *Mariana Silva (PEV), Isabel Pires (BE), Sofia Matos (PSD), Alma Rivera (PCP), Sofia Andrade (PS), Nelson Silva (PAN) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).**

*Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 858/XIV/2.^a (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — *Procede à alteração do prazo de prescrição dos crimes sexuais contra menores, que foi aprovado, 961/XIV/3.^a (CH) — Agravamento das molduras penais privativas de liberdade para as condutas que configurem os crimes de abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes e atos sexuais com adolescentes, que foi rejeitado, 962/XIV/3.^a (CH) — Altera o Código Penal no seu artigo 164.º (Violação), agravando as molduras penais aplicáveis aos sujeitos que preencham os requisitos desta conduta criminoso, passando a considerar os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual como crimes de natureza pública, que foi rejeitado, e 968/XIV/3.^a (PAN) — Alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina, procedendo à quinquagésima quarta alteração do Código Penal, que foi aprovado. Proferiram intervenções os Deputados *Cristina Rodrigues (N insc.), André Ventura (CH), Bebiana Cunha (PAN), João Cotrim de Figueiredo (IL), José Manuel***

Pureza (BE), Isabel Alves Moreira (PS), António Filipe (PCP), Márcia Passos (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP).

Após ter sido lido o Projeto de Voto n.º 682/XIV/3.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo PAN e pela Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — De pesar pelo falecimento de Fernando Echevarría, foi aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que foi guardado 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas (a) dos Projetos de Voto n.ºs 676/XIV/3.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo PCP, pelo PAN, pelo PEV, pelo CH, pelo IL e pelas Deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira) — De congratulação pela prestação da seleção nacional no Campeonato do Mundo de Velocidade de Canoagem e Paracanoagem de 2021 e 684/XIV/3.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo PCP, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo PEV, pelo CH e pelas Deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira) — De congratulação pelos resultados alcançados pelos ciclistas nacionais no Campeonato da Europa de Pista de Elite, tendo a Câmara aplaudido de pé os atletas e os dirigentes que se encontravam nas galerias.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1464/XIV/3.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Londres.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 974/XIV/3.ª (PS) — Alteração à Lei n.º 2/3013, de 10 de janeiro, e à Lei 53/2015, de 11 de junho, com vista ao reforço do interesse público, da autonomia e independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais e 983/XIV/3.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Promove o acesso a atividades profissionais reguladas, eliminando as restrições injustificadas no acesso a estas profissões e estabelecendo limites à duração e organização dos estágios.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo IL, de baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, pelo prazo de 60 dias, do Projeto de Lei n.º 988/XIV/3.ª (IL) — Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro).

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 989/XIV/3.ª (PAN) — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 891/XIV/2.ª (PS) — Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores das iniciativas, de baixa à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, sem votação, pelo prazo de 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 872/XIV/2.ª (BE) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (sexta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), 880/XIV/2.ª (PCP) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (sexta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), 913/XIV/2.ª (PSD) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (6.ª alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), e 967/XIV/3.ª (PAN) — Procede à prorrogação do prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal e garante mecanismos de transparência neste processo, alterando a Lei n.º 91/95, de 2 de setembro.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 44/XIV/1.ª (PCP) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar para todos os trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, e décima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), e 955/XIV/3.ª (BE) — Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso

compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo no setor público e privado.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [80/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Para uma política integrada de natalidade e de valorização da família.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [1451/XIV/3.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que desenvolva e implemente uma estratégia nacional integrada de combate à solidão enquanto eixo estratégico de saúde pública.

Foi aprovado o Orçamento da Assembleia da República para 2022.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [1201/XIV/2.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo português que proceda à realização de estudos epidemiológicos e ambientais para averiguar o impacto da produção da Alves Ribeiro, de Loures.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [1335/XIV/2.ª](#) (BE) — Pela deslocalização da unidade industrial de massas betuminosas situada junto ao bairro de São Francisco, em Camarate, Loures.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [1299/XIV/2.ª](#) (BE) — Pela preservação do património natural, histórico e cultural do bairro da Petrogal, em Loures e [1369/XIV/2.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo português que preserve o património natural do Bairro da Petrogal.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [1372/XIV/2.ª](#) (BE) — Pela criação do parque natural da região de Aveiro.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [1390/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Requalificação e reabilitação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, [1407/XIV/2.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, [1413/XIV/2.ª](#) (BE) — Pela realização de obras de requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola e [1447/XIV/3.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [170/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a publicação dos comentários gerais do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [1382/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que desenvolva os estudos e procedimentos necessários à formalização de proposta de criação de nova NUT II, abrangendo as NUT III da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, para apresentação à Comissão Europeia no início de 2022, no quadro do Regulamento (CE) n.º 1059/2003, e [1423/XIV/2.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que equacione a criação de uma NUT II que abranja as atuais NUT III de Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste;

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [272/XIV/1.ª](#) (PSD) — Necessidade de retomar as obras de requalificação da Escola Secundária João de Barros, Corroios, e [290/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para a conclusão urgente das obras da Escola Secundária João de Barros;

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [668/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que retome, com urgência, a reabilitação da Escola Secundária da Sertã, do Agrupamento de Escolas da Sertã, do concelho de Sertã, distrito de Castelo Branco, [694/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que diligencie no sentido de serem retomadas, com urgência, as obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã, [710/XIV/2.ª](#) (PEV) — Pelo recomeço urgente das obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã e [1028/XIV/2.ª](#) (PCP) —

Recomenda ao Governo a conclusão das obras de requalificação da Escola Secundária da Sertã;

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [671/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a reabilitação da Escola Secundária de Esmoriz, do concelho de Ovar, distrito de Aveiro, [684/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra a Resolução da Assembleia da República n.º 259/2018 e proceda à requalificação da Escola Secundária de Esmoriz, em Ovar, e [708/XIV/2.ª](#) (PEV) — Pela reabilitação urgente da Escola Secundária de Esmoriz (Ovar);

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [692/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a ampliação e a reabilitação da Escola Secundária de Porto de Mós, do Agrupamento de Porto de Mós, deste mesmo concelho, distrito de Leiria, e [721/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, com urgência, programe, agende e execute as necessárias obras para ampliação e requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós;

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [702/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Básica 2, 3 Júlio Brandão, em Vila Nova de Famalicão, e [737/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica 2, 3 Júlio Brandão, de Vila Nova de Famalicão;

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [738/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente requalificação do edificado da escola secundária da Póvoa de Lanhoso, e [749/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que cumpra a Resolução da Assembleia da República n.º 257/2018 e proceda à requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso;

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [872/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente e imediata requalificação do edificado da Escola EB 2, 3/S Pedro Ferreiro, em Ferreira do Zêzere, [874/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à imediata requalificação da Escola Básica 2, 3 e Secundária Pedro Ferreiro, de Ferreira do Zêzere, e [885/XIV/2.ª](#) (IL) — Recomendação ao Governo para proceder à requalificação da Escola Básica 2, 3 e Secundária Pedro Ferreiro, em Ferreira do Zêzere;

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º [343/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à requalificação da Escola EB 2,3 Mário de Sá Carneiro, no concelho de Loures, e que divulgue o calendário de intervenções de remoção de fibras de amianto nos equipamentos escolares;

Apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º [750/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a requalificação da Escola Secundária de Arganil;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [592/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a aprovação da estratégia nacional para a prevenção e tratamento da anemia e consagra o dia 26 de novembro como o Dia Nacional da Anemia, [680/XIV/2.ª](#) (PSD) — Consagra a data de 26 de novembro como o Dia Nacional da Anemia e recomenda ao Governo que aprove uma estratégia nacional para a prevenção e tratamento da anemia, [691/XIV/2.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que estude a criação de uma estratégia nacional sobre a anemia, [720/XIV/2.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de combate à anemia e [731/XIV/2.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a aprovação de uma estratégia nacional de prevenção e tratamento da anemia;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 103/XIV/2.^a (GOV) — Altera a Lei da Organização do Sistema Judiciário e o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 46 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 13 (2021.10.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 117/XIV/3.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 995 e 996/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1473 a 1479/XI/3.^a

Procedeu-se ao debate preparatório do próximo Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro (António Costa), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Pedro Cegonho](#) (PS), [Duarte Marques](#) e [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Oliveira](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Nelson Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 113/XIV/3.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/789, que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de televisão e de rádio. Proferiram intervenções a Ministra da Cultura (Graça Fonseca) e os Deputados [Nelson Silva](#) (PAN), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Alexandra Vieira](#) (BE), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD) e [Bruno Aragão](#) (PS).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 114/XIV/3.^a (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2019/790, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital. Usaram da palavra a Ministra da Cultura (Graça Fonseca) e os Deputados [Nelson Silva](#) (PAN), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Mara Coelho](#) (PS), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Ana Mesquita](#) (PCP) e [Alexandra Vieira](#) (BE).

Foi reapreciado o Decreto da Assembleia da República n.º 128/XIV — Permite o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do dador, nos casos de projetos parentais expressamente consentidos, alterando a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida). Proferiram intervenções os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e [André Ventura](#) (CH).

Procedeu-se à reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 167/XIV — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/713, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, que aprova a Lei do Cibercrime, e outros atos legislativos. Usaram da palavra, além do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (Mário Belo Morgado), os Deputados

Constança Urbano de Sousa (PS), Pedro Morais Soares (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Mónica Quintela (PSD), José Manuel Pureza (BE) e João Oliveira (PCP).

A Presidente (*Edite Estrela*) encerrou a sessão eram 18 horas e 18 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 14 (2021.10.22)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 997/XIV/3.^a e do Projeto de Resolução n.º 1480/XIV/3.^a

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 666/XIV/2.^a (PS) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, assegurando o acesso de estudantes de Medicina a sistemas de informação e a plataformas nos quais são registados dados de saúde dos utentes dos serviços de saúde e 966/XIV/3.^a (BE) — Permite o acesso a um conjunto de dados pessoais por parte de estudantes de Medicina e investigadores científicos, para fins académicos, fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos (primeira alteração à Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto). Usaram da palavra os Deputados *Sofia Andrade* (PS), *Luís Monteiro* (BE), *Miguel Arrobas* (CDS-PP), *Sara Madruga da Costa* (PSD), *Bebiana Cunha* (PAN), *Paula Santos* (PCP) e *André Ventura* (CH).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 1315/XIV/2.^a (PSD) — Reforço da rede social para a primeira infância, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 371/XIV/1.^a (PCP) — Propõe medidas para o alargamento da gratuidade das creches e soluções equiparadas, 963/XIV/3.^a (CDS-PP) — Programa de incentivo à criação e flexibilização dos horários das creches e 965/XIV/3.^a (BE) — Cria o programa Rede de Creches Públicas e com o Projeto de Resolução n.º 186/XIV/1.^a (CH) — Alargamento da rede de creches públicas e apoio às famílias quando não existam respostas no setor público. Proferiram intervenções os Deputados *Helga Correia* (PSD), *Diana Ferreira* (PCP), *Pedro Morais Soares* (CDS-PP), *Alexandra Vieira* (BE), *André Ventura* (CH), *João Cotrim de Figueiredo* (IL), *Bebiana Cunha* (PAN), *Hugo Oliveira* (PS), *Mariana Silva* (PEV) e *Maria Germana Rocha* (PSD).

Foram discutidos, conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 871/XIV/2.^a (BE) — Institui de forma inequívoca o princípio da avaliação mais favorável nas avaliações feitas por junta médica (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro) e 916/XIV/2.^a (PCP) — Atestado médico de incapacidade multiusos — clarifica os processos de revisão ou reavaliação do grau incapacidade, através de uma norma interpretativa ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro. Usaram da palavra os Deputados *Moisés Ferreira* (BE), *Diana Ferreira* (PCP), *Rui Cristina* (PSD), *Miguel Arrobas* (CDS-PP), *Bebiana Cunha* (PAN), *José Luís Ferreira* (PEV) e *Susana Amador* (PS).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 9/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos e 964/XIV/3.^a (PAN) — Estabelece o reforço e a avaliação da implementação e execução do Programa de Apoio à Redução do Tarifário nos Transportes Públicos (PART) e do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP). Intervieram os Deputados *Paula Santos* (PCP), *Nelson Silva* (PAN), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Isabel Pires* (BE), *André Pinotes Batista* (PS), *Mariana Silva* (PEV) e *Jorge Salgueiro Mendes* (PSD).

Procedeu-se à discussão conjunta do Projeto de Deliberação n.º 2/XIV/1.^a (CDS-PP) — Sessão evocativa do dia 25 de Novembro e dos Projetos de Resolução n.ºs 70/XIV/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proponha ao Sr. Presidente da República a atribuição da Ordem da Liberdade às personalidades que contribuíram decisivamente para o triunfo da democracia e da liberdade a 25 de Novembro de 1975 e 45/XIV/1.^a (CH) — Pela instauração da celebração solene do 25 de Novembro. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [João Oliveira](#) (PCP), [Nelson Silva](#) (PAN), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [José Manuel Pureza](#) (BE).

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 30 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 15 (2021.10.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 746/XIV/2.^a (PAN) — Determina a instalação de circuitos fechados de televisão em matadouros e 764/XIV/2.^a (PAN) — Determina a obrigatoriedade da instalação de sistema de deteção de incêndio em explorações pecuárias das classes 1 e 2, em regime intensivo, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro. Proferiram intervenções os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Norberto Patinho](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Maria Manuel Rola](#) (BE) e [João Dias](#) (PCP). Posteriormente, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo autor da iniciativa, de baixa à Comissão de Agricultura e Mar, pelo prazo de 60 dias, do Projeto de Lei n.º 746/XIV/2.^a (PAN), tendo sido aprovado o Projeto de Lei n.º 764/XIV/2.^a (PAN).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, tendo sido rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs 185/XIV/1.^a (PEV) — Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (Décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) e 969/XIV/3.^a (PAN) — Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório, procedendo à décima sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro. Intervieram os Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Nelson Silva](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Eduardo Teixeira](#) (PSD), [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP) e [Eduardo Barroco de Melo](#) (PS).

Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 581/XIV/2.^a (Cidadãos) — Proibição das corridas de cães em Portugal, 219/XIV/1.^a (PAN) — Determina a proibição das corridas de cães, mais conhecidas por corridas de galgos, 783/XIV/2.^a (BE) — Interditas as corridas de galgos e de outros animais da família canidae enquanto práticas contrárias ao comportamento natural dos animais e 970/XIV/3.^a (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Determina a proibição das corridas de cães com fins competitivos. Usaram da palavra os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [João Gomes Marques](#) (PSD), [João Dias](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Lúcia Araújo Silva](#) (PS) e [Paulo Leitão](#) (PSD). Posteriormente, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, de baixa à Comissão de Agricultura e Mar, pelo prazo de 60 dias, do Projeto de Lei n.º 219/XIV/1.^a (PAN), tendo sido rejeitados os restantes diplomas.

Foi apreciado o Relatório Final da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às Perdas Registadas pelo Novo Banco e Imputadas ao Fundo de Resolução, tendo proferido intervenções os Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Nelson Silva](#) (PAN), [Hugo Carneiro](#)

(PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [João Paulo Correia](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH) e [Duarte Pacheco](#) (PSD).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [685/XIV/3.ª](#) (apresentado por Deputados do PS e do PSD) — De pesar pelo falecimento do Cónego Alexandre Mendonça, [691/XIV/3.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS, do PSD, do PAN, pela Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Armanda Passos e [690/XIV/3.ª](#) (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas) — De pesar pelo assassinato de Sir David Amess. Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [683/XIV/3.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo PCP, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo PEV, pelo CH, pelo IL e pelas Deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira) — De congratulação pela conquista do Campeonato do Mundo de Futsal, tendo sido aprovada, com aclamação, a respetiva parte deliberativa (a).

Após o Presidente ter procedido à leitura do Projeto de Voto n.º [687/XIV/3.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PSD, pelo CH, pelo BE, pelo PS e pelo PCP) — De solidariedade pela Jornada de Memória e Esperança, proferiram intervenções os Deputados [João Oliveira](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Mariana Silva](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Nelson Silva](#) (PAN), [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS), [Adão Silva](#) (PSD), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), tendo, depois, sido aprovada, com aclamação, a respetiva parte deliberativa (a).

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS (que obteve o consentimento do autor dos diplomas), de baixa à Comissão de Cultura e Comunicação, pelo prazo de 60 dias, da Proposta de Lei n.º [113/XIV/3.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/789, que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de televisão e de rádio, e da Proposta de Lei n.º [114/XIV/3.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/790, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital.

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º [128/XIV](#) — Permite o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do dador, nos casos de projetos parentais expressamente consentidos, alterando a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida), foi aprovado um novo decreto com as alterações entretanto aprovadas.

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º [167/XIV](#) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/713, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, que aprova a Lei do Cibercrime, e outros atos legislativos, foi aprovado um novo decreto com as alterações entretanto aprovadas.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos diplomas, de baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, pelo prazo de 30 dias, sem votação, do Projeto de Lei n.º [666/XIV/2.ª](#) (PS) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, assegurando o acesso de estudantes de Medicina a sistemas de informação e a plataformas nos quais são registados dados de saúde dos utentes dos serviços de saúde, e do Projeto de Lei n.º [966/XIV/3.ª](#) (BE) — Permite o acesso a um conjunto de dados pessoais por parte de estudantes de medicina e investigadores científicos, para fins académicos, de arquivo de interesse público fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos (Primeira alteração à Lei n.º 58/2019, de 2021).

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [1315/XIV/2.ª](#) (PSD) — Reforço da rede social para a primeira infância e [186/XIV/1.ª](#) (CH) — Alargamento da rede de creches públicas e apoio às famílias quando não existam respostas no setor público, foram também rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [963/XIV/3.ª](#) (CDS-PP) — Programa de incentivo à criação e flexibilização dos horários das creches e [965/XIV/3.ª](#) (BE) — Cria o programa rede de creches públicas, e foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [371/XIV/1.ª](#) (PCP) — Propõe medidas para o alargamento da gratuidade das creches e soluções equiparadas.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [871/XIV/2.ª](#) (BE) — Institui de forma inequívoca o princípio da avaliação mais favorável nas avaliações feitas por junta médica (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro) e [916/XIV/2.ª](#) (PCP) — Atestado médico de incapacidade multiusos — clarifica os processos de revisão ou reavaliação do grau de incapacidade, através de uma norma interpretativa ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [9/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos e [964/XIV/3.ª](#) (PAN) — Estabelece o reforço e a avaliação da implementação e execução do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) e do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP).

Foram rejeitados o Projeto de Deliberação n.º [2/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Sessão evocativa do dia 25 de Novembro e os Projetos de Resolução n.ºs [70/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proponha ao Sr. Presidente da República a atribuição da Ordem da Liberdade às personalidades que contribuíram decisivamente para o triunfo da democracia e da liberdade a 25 de Novembro de 1975 e [45/XIV/1.ª](#) (CH) — Pela instauração da celebração solene do 25 de Novembro.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [997/XIV/3.ª](#) (PS, PSD e PCP) — Terceira alteração à Lei n.º 24/2009, de 29 de maio, que aprova o regime jurídico do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV).

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [1419/XIV/2.ª](#) (IL) — Pela suspensão dos acordos de extradição com a China e com Hong Kong, como recomendado pelo Parlamento Europeu.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [1463/XIV/3.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o direito inalienável das crianças à presença de figura significativa das crianças nos momentos de transição dos contextos educativos.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [908/XIV/2.ª](#) (PSD) — Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, que aprova a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [104/XIV/2.ª](#) (GOV) — Procede à reformulação das forças e serviços de segurança que exercem atividade de segurança interna, no quadro da reafetação de competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões da proposta de lei. Posteriormente, proferiram declarações de voto os Deputados [João Oliveira](#) (PCP), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [André Coelho Lima](#) (PSD), [José Magalhães](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º [706/XIV/2.ª](#) (PS) — Delimita as circunstâncias em que deve ser removido ou impossibilitado o acesso em ambiente digital a conteúdos protegidos, bem como os procedimentos e meios para alcançar tal resultado.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo à Proposta de Lei n.º 110/XIV/2.ª (GOV) — Aprova a lei antidopagem no desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 722/XIV/2.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que promova, com urgência, a ampliação e a reabilitação da Escola Secundária Raul Proença, do agrupamento de escolas Raul Proença, do concelho das Caldas da Rainha, distrito de Leiria, 736/XIV/2.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que programe obras de requalificação na escola secundária de Raul Proença, nas Caldas da Rainha, e 991/XIV/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo a realização das necessárias obras na Escola Secundária Raul Proença, nas Caldas da Rainha.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 747/XIV/2.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a urgente requalificação do edificado da Escola Secundária/3 Camilo Castelo Branco, em Vila Real, 766/XIV/2.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à realização de obras na Escola Secundária 3 Camilo Castelo Branco, Vila Real, 1237/XIV/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, de Vila Real, e 1274/XIV/2.ª (PEV) — Modernização e requalificação da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em Vila Real.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo ao Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª (PS) — Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o «direito ao esquecimento», tendo, posteriormente, proferido declarações de voto os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN) e *Miguel Matos* (PS).

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º 112/XIV/2.ª (GOV) — Estabelece uma isenção de imposto do selo para as operações de reestruturação ou refinanciamento da dívida em moratória, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões da proposta de lei.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 678/XIV/2.ª (PSD) — Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores, e 781/XIV/2.ª (PS) — Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (foram assumidas pelo Plenário as votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território relativo aos Projetos de Lei n.ºs 872/XIV/2.ª (BE) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (6.ª alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), 880/XIV/2.ª (PCP) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (6.ª Alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), 913/XIV/2.ª (PSD) — Prorroga o prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (6.ª alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), e 967/XIV/3.ª (PAN) — Proceda à prorrogação do prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal e garante mecanismos de transparência neste processo, alterando a Lei n.º 91/95, de 2 de setembro. Foi igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PCP, solicitando a

dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente ao texto de substituição aprovado.

Após terem sido aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos diplomas, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 495/XIV/1.^a (BE) — Alarga e melhora as condições de acesso e os períodos de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego (Décima sétima alteração do Regime Jurídico de Proteção no Desemprego) e 18/XIV/1.^a (PCP) — Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, intervieram os Deputados José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP), Nuno Sá (PS), Miguel Arrobas (CDS-PP), Helga Correia (PSD) e André Ventura (CH). No final, aqueles projetos de lei foram rejeitados na especialidade.

Foram aprovados os n.ºs 63 a 71 do Diário relativos à sessão legislativa anterior.

Foram aprovados três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando três Deputados do PSD a intervirem no âmbito de processos a correr em tribunal.

O Presidente (António Filipe) encerrou a sessão eram 14 horas e 40 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 16 (2021.10.27)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de uma Deputada do PSD e à respetiva substituição.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 998/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1481 a 1485/XIV/3.^a

Na abertura do debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022, usou da palavra o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Rui Rio (PSD), Ana Catarina Mendonça Mendes (PS), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), José Luís Ferreira (PEV), André Ventura (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), António Maló de Abreu (PSD), João Paulo Correia (PS), José Moura Soeiro (BE), Paula Santos (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), Nelson Silva (PAN), Mariana Silva (PEV), Clara Marques Mendes (PSD), Ascenso Simões (PS), Joana Mortágua (BE), Bruno Dias (PCP), Sara Madruga da Costa e Paulo Moniz (PSD), Lara Martinho (PS), Diana Ferreira (PCP) Carlos Pereira (PS), Duarte Alves (PCP), Carlos Eduardo Reis (PSD), Ana Mesquita (PCP) e Bebiana Cunha (PAN).

Usaram ainda da palavra, durante o debate, a diverso título, os Deputados Afonso Oliveira (PSD), Jorge Costa (BE), Fernando Anastácio (PS), José Luís Ferreira (PEV) Tiago Barbosa Ribeiro (PS), André Coelho Lima (PSD), Mariana Mortágua (BE), Luís Moreira Testa (PS), Duarte Alves (PCP), Porfírio Silva e Miguel Matos (PS), Nelson Silva (PAN), José Luís Carneiro (PS) e Duarte Pacheco (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 18 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 21 minutos.

Conclui-se o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022. Usaram da palavra, a diverso título, além dos Ministros de Estado e das Finanças (João Leão), da Saúde (Marta Temido) e de Estado, da Economia e da Transição Digital (Pedro Siza Vieira), os Deputados Duarte Pacheco (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Mariana Mortágua (BE), José Luís Ferreira (PEV), Duarte Alves (PCP), Nelson Silva (PAN), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Alexandra Tavares de Moura (PS), Alma Rivera (PCP), João Cotrim de Figueiredo (IL), Alberto Fonseca (PSD), Bebiana Cunha (PAN), André Ventura (CH), Pedro Filipe Soares (BE), Ana Catarina Mendonça Mendes e Isabel Rodrigues (PS), Pedro Morais Soares (CDS-PP), Rui Cristina (PSD), Paula Santos (PCP), Moisés Ferreira (BE), Hortense Martins (PS), Miguel Arrobas (CDS-PP), Mariana Silva (PEV), João Dias (PCP), Maria Antónia de Almeida Santos (PS), Bebiana Cunha (PAN), Tiago Estevão Martins (PS), Ricardo Baptista Leite (PSD), Sónia Fertuzinhos (PS), Isabel Pires (BE), Hugo Costa (PS), Bruno Dias (PCP), Vera Braz (PS), Jorge Salgueiro Mendes (PSD), Nuno Sá (PS), Ana Mesquita (PCP), Adão Silva (PSD) e João Paulo Correia (PS).

No encerramento do debate, intervieram os Deputados João Cotrim de Figueiredo (IL), André Ventura (CH), Mariana Silva (PEV), Inês de Sousa Real (PAN), Cecília Meireles (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Catarina Martins (BE), Rui Rio (PSD), Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) e o Primeiro-Ministro (António Costa), após o que foi votada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.^a (GOV), tendo sido rejeitada.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 1483/XIV/3.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde, 1484/XIV/3.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Madrid e 1485/XIV/3.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Málaga.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 1172/XIV/2.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a implementação urgente do plano estratégico nacional de telessaúde, 1331/XIV/2.^a (PS) — Recomenda ao Governo a atualização e implementação do plano estratégico nacional para a telessaúde e 1351/XIV/2.^a (PCP) — Propõe medidas para o investimento na telessaúde.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 1390/XIV/2.^a (CDS-PP) — Requalificação e reabilitação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, 1407/XIV/2.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, 1413/XIV/2.^a (BE) — Pela realização de obras de requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola, e 1447/XIV/3.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 25 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de um Deputado do PS e à respetiva substituição.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 999 a 1004/XIV/3.^a, das Propostas de Resolução n.ºs 30 a 33/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1486 e 1488 a 1495/XIV/3.^a

Em declaração política, a Deputada [Mónica Quintela](#) (PSD) lembrou declarações do Diretor do DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal) e da Procuradora-Geral da República sobre a falta de investimento na justiça e no combate à criminalidade económico-financeira e deu conta da apresentação de medidas por parte do seu partido para reverter a situação. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Nelson Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [José Manuel Pureza](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP) e [Cláudia Santos](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Nelson Peralta](#) (BE) lamentou a ausência de vários líderes mundiais na COP26, nomeadamente a do Primeiro-Ministro de Portugal, e apelou a medidas mais ambiciosas para responder às alterações climáticas. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Nelson Silva](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [Hugo Pires](#) (PS) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP) teceu considerações acerca da reprovação do Orçamento do Estado para 2022, tendo explanado a posição do PCP sobre as suas consequências e a situação política gerada. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Porfírio Silva](#) (PS), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP) saudou a Câmara naquela que foi a sua primeira declaração política e teceu críticas a uma discussão apressada das alterações ao texto vetado pelo Tribunal Constitucional sobre morte medicamente assistida. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [José Manuel Pureza](#) (BE) e [Adão Silva](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) falou acerca da situação política atual com a reprovação do Orçamento do Estado para 2022, da realização da COP26 e das decisões necessárias para um combate às alterações climáticas, tendo considerado que muitas das metas anteriormente traçadas não foram cumpridas, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Miguel Nicolau](#) (PS), [Nuno Miguel Carvalho](#) (PSD) e [Nelson Peralta](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Silva](#) (PEV) chamou a atenção para os impactos e as consequências das alterações climáticas, manifestou desconfiança em relação à conduta dos países mais poluentes presentes na COP26, teceu críticas ao Governo pelas suas opções ambientais e defendeu a aprovação de uma lei do clima. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Nelson Peralta](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Nuno Fazenda](#) (PS) e [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Miguel Matos](#) (PS), a propósito da realização, em Lisboa, de mais uma edição da Web Summit, salientou a aposta do Governo na ciência, na inovação e na investigação. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados

João Cotrim de Figueiredo (IL), Duarte Alves (PCP), Nelson Silva (PAN), Isabel Pires (BE) e Paulo Moniz (PSD).

Em declaração política, o Deputado André Ventura (CH) apontou à esquerda parlamentar a responsabilidade pela reprovação do Orçamento do Estado para 2022 e apelou à direita que se apresentasse como alternativa ao Governo socialista nas próximas eleições.

Em declaração política, o Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) atribuiu ao PS a responsabilidade pela atual situação política e enumerou as medidas que irão fazer parte do seu próximo programa eleitoral. Respondeu, depois, a um pedido de esclarecimento do Deputado Fernando Anastácio (PS).

Em declaração política, a Deputada Joacine Katar Moreira (N insc.) destacou as políticas que têm sido levadas a cabo em defesa da igualdade de género, tendo saudado todas as mulheres vítimas de misoginia e racismo e apelado ao seu combate. No final, respondeu a um pedido de esclarecimento da Deputada Elza Pais (PS).

Em declaração política, a Deputada Cristina Rodrigues (N insc.) referiu-se às questões da igualdade de género e às diferenças de rendimento daí resultantes, que se agravaram com a pandemia, defendendo o envolvimento das mulheres e das minorias na política para uma maior igualdade de oportunidades, tendo, de seguida, respondido a pedidos de esclarecimento da Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 1005 e 1006/XIV/3.ª

Deu-se conta de um Deputado que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

A Presidente (Edite Estrela) encerrou a sessão eram 18 horas e 55 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 19 (2021.11.05)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.

Foram aprovados três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à substituição de um Deputado do PSD e autorizando Deputados do PAN e do PSD a intervirem em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 1007 a 1011/XIV/3.ª e do Projeto de Resolução n.º 1496/XIV/3.ª

Foi reapreciado o Decreto da Assembleia da República n.º 109/XIV — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Isabel Alves Moreira (PS), José Manuel Pureza (BE), João Cotrim de Figueiredo (IL), Joacine Katar Moreira (N insc.), André Ventura (CH), António Filipe (PCP), Bebiana Cunha (PAN), José Luís Ferreira (PEV), Cristina Rodrigues (N insc.), Adão Silva (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP).

Foi reapreciado o Decreto da Assembleia da República n.º 176/XIV — Alteração às regras de enquadramento do Programa de Apoio à Economia Local, tendo proferido intervenções os Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), João Cotrim de Figueiredo (IL), Luís Moreira Testa (PS), Nelson Silva (PAN), André Ventura (CH), Cecília Meireles (CDS-PP), Paula Santos (PCP) e José Maria Cardoso (BE).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 115/XIV/3.ª (GOV) — Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento e transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, sobre os regimes de reestruturação preventiva, o perdão de dívidas e as inibições. Proferiram intervenções, além da Ministra da

Justiça (Francisca Van Dunem), os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Nelson Silva](#) (PAN), [Márcia Passos](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e [Hugo Carvalho](#) (PS).

Foi debatida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 117/XIV/3.^a (GOV) — Assegura, em matéria de extradição e de congelamento, apreensão e perda de bens, o cumprimento dos acordos entre a União Europeia e a República da Islândia e o Reino da Noruega e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte. Usaram da palavra, além da Ministra da Justiça, os Deputados [Nelson Silva](#) (PAN), [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [José Manuel Pureza](#) (BE), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP) e [Isabel Oneto](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 103/XIV/1.^a (Eliana de Oliveira Gonçalves e outros) — Esclerose lateral amiotrófica: disponibilização de novo Tratamento NurOwn para os doentes portugueses, em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 1133/XIV/2.^a (BE) — Disponibilização de inovação terapêutica para tratamento da esclerose lateral amiotrófica. Intervieram os Deputados [Moisés Ferreira](#) (BE), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Cláudia Bento](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Telma Guerreiro](#) (PS) e [João Dias](#) (PCP).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 16 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 20 (2021.11.06)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 1497 e 1498/XIV/3.^a

Foram discutidas, em conjunto, e posteriormente aprovadas em votação global, as Propostas de Resolução n.ºs 32/XIV/3.^a (GOV) — Aprova a alteração ao Tratado que Cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre os Estados-Membros da União Económica e Monetária, feito em Bruxelas, em 27 de janeiro de 2021 e em 8 de fevereiro de 2021, e 33/XIV/3.^a (GOV) — Aprova a alteração ao Acordo relativo à Transferência e Mutualização das Contribuições para o Fundo Único de Resolução entre os Estados-Membros da União Económica e Monetária, feito em Bruxelas, em 27 de janeiro de 2021 e 8 de fevereiro de 2021. Usaram da palavra, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ([Augusto Santos Silva](#)), os Deputados [Nelson Silva](#) (PAN), [José Mendes](#) (PS), [Nuno Miguel Carvalho](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Foi apreciado o Relatório do Provedor de Justiça relativo ao ano de 2020, tendo-se pronunciado os Deputados [Nelson Silva](#) (PAN), [Sofia Matos](#) (PSD), [José Manuel Pureza](#) (BE), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Isabel Rodrigues](#) (PS) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Foi apreciada a Petição n.º 20/XIV/1.^a (Teresa Mafalda de Aguiar Frazão e Gonçalves de Campos e outros) — Pela defesa e proteção dos cavalos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 527/XIV/2.^a (CH) — Alteração ao Código Penal, agravando a pena prevista para quem infligir maus tratos a animais de companhia, 1000/XIV/3.^a (PAN) — Adequação do sistema de identificação dos equídeos, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2013, de 28 de agosto, e 1007/XIV/3.^a (BE) — Melhora o sistema de identificação da aptidão funcional dos equídeos e introduz a possibilidade de serem registados como animais de companhia (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2013, de 28 de agosto), que foram rejeitados. Intervieram os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [João Moura](#) (PSD), [Palmira Maciel](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º 200/XIV/2.^a (Ana Nascimento e outros) — Acesso imediato ao Kaftrio® para pacientes com fibrose quística em Portugal, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 1016/XIV/2.^a (PS) — Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias a um acesso mais célere às terapias inovadoras para os doentes de fibrose quística, 1054/XIV/2.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de apoio aos doentes de fibrose quística, 1060/XIV/2.^a (CDS-PP) — Maior agilização e celeridade no acesso a terapêuticas inovadoras, 1067/XIV/2.^a (BE) — Acesso a inovação terapêutica para doentes com fibrose quística, 1115/XIV/2.^a (PSD) — Pela disponibilização atempada do tratamento mais adequado aos doentes com fibrose quística e 1119/XIV/2.^a (PCP) — Propõe medidas de acesso a medicamentos usados no tratamento da fibrose quística, que foram aprovados na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados Hortense Martins (PS), Bebiana Cunha (PAN), Miguel Arrobas (CDS-PP), Moisés Ferreira (BE), Cláudia Bento (PSD), João Dias (PCP), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Mariana Silva (PEV).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 694/XIV/3.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Gilberto Grácio, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

O Deputado Rui Rio (PSD) procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º 695/XIV/3.^a (apresentado pelo PSD e subscrito por Deputados do PS) — De pesar pelo falecimento de António André da Silva Topa, ao qual se associou o Presidente, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 696/XIV/3.^a (apresentado pelos Deputados do PSD e do PS eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira) — De pesar pelo falecimento do ex-Deputado Carlos Lélis da Câmara Gonçalves, ao qual se associou o Presidente, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 109/XIV — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, foi aprovado um novo decreto com as alterações introduzidas.

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 176/XIV — Alteração às regras de enquadramento do Programa de Apoio à Economia Local, e depois de as propostas de alteração apresentadas pelo PAN e pelo PSD terem sido rejeitadas, o decreto foi confirmado por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Após ter sido aprovado, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão), o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo ao Projeto de Lei n.º 516/XIV/2.^a (PSD) — Transfere a sede do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra, procedendo à décima alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (Lei da organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional), à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, e à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos), aquele texto final foi rejeitado em votação final global por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 115/XIV/3.^a (GOV) — Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento e transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, sobre os regimes de reestruturação preventiva, o perdão de dívidas e as inibições.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 117/XIV/3.^a (GOV) — Assegura, em matéria de extradição e de congelamento, apreensão e perda de bens, o cumprimento dos

acordos entre a União Europeia e a República da Islândia e o Reino da Noruega e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 29/XIV/3.ª (GOV) — Aprova o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1133/XIV/2.ª (BE) — Disponibilização de inovação terapêutica para tratamento da esclerose lateral amiotrófica.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 30/XIV/3.ª (GOV) — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Centro-Africana sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Bangui, em 8 de dezembro de 2019, tendo o Deputado Marcos Perestrello (PS) considerado inadequado que não tenha sido atribuído tempo para discussão deste diploma e que o mesmo não tenha descido à Comissão de Defesa Nacional.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 31/XIV/3.ª (GOV) — Aprova o acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e a República de Singapura, feito em Bruxelas, em 19 de outubro de 2018.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1342/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Recomenda ao Governo que exerça a sua ação diplomática junto da União Europeia, promovendo a proteção das pessoas LGBTQI+ face à legislação repressiva aprovada pelo Parlamento húngaro.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 1222/XIV/2.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que promova um amplo debate com os parceiros sociais com vista à celebração de um acordo de concertação social sobre as matérias relativas ao futuro do trabalho, designadamente sobre as matérias do teletrabalho e do trabalho dos nómadas digitais.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1453/XIV/3.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que, em cumprimento do Orçamento do Estado para 2021, apresente à Assembleia da República o relatório de implementação do Estatuto do Antigo Combatente.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 1391/XIV/2.ª (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à desclassificação de todos os documentos militares datados até 1975.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 1370/XIV/2.ª (PCP) — Recuperação, requalificação e valorização do Centro de Recrutamento Militar (Funchal, Região Autónoma da Madeira).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1008/XIV/2.ª (PAN) — Uma portaria de qualidade para o acolhimento residencial de crianças e jovens.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1471/XIV/3.ª (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas urgentes que permitam suplantar as dificuldades no âmbito do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE) no que se refere à formação dirigida a pessoas com deficiência e incapacidade.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 1481/XIV/3.ª (BE) — Institui o dia 20 de outubro como o Dia Nacional das Acessibilidades e 1491/XIV/3.ª (PAN) — Recomenda a criação do Dia Nacional das Acessibilidades.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.º 1294/XIV/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço do diálogo com os EUA em matéria de descontaminação e medidas de prevenção de riscos ambientais e 1357/XIV/2.ª (PSD) — Descontaminação dos solos e aquíferos no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 871/XIV/2.ª (BE) — Institui de forma inequívoca o princípio da avaliação mais favorável nas avaliações feitas por junta médica (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro) e 916/XIV/2.ª (PCP) — Atestado Médico de Incapacidade Multiusos - clarifica os processos de revisão ou reavaliação do grau incapacidade, através de uma norma interpretativa ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro.

Após terem sido rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [765/XIV/2.ª](#) (PCP) — Regula o regime de trabalho em teletrabalho e [806/XIV/2.ª](#) (PEV) — Altera o Código do Trabalho com vista a regular o teletrabalho de forma mais justa, foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [535/XIV/2.ª](#) (PAN) — Consagra o direito de desconexão profissional, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, [745/XIV/2.ª](#) (BE) — Altera o regime jurídico-laboral de teletrabalho, garantindo maior proteção do trabalhador (Décima nona alteração ao Código do Trabalho e primeira alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais), [790/XIV/2.ª](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Garante o direito dos trabalhadores à desconexão profissional, [791/XIV/2.ª](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Reforça os direitos dos trabalhadores em regime de teletrabalho, [797/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Consagra o direito ao desligamento, procede à décima sétima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, [808/XIV/2.ª](#) (PS) — Procede à regulação do teletrabalho, [811/XIV/2.ª](#) (PAN) — Regulamenta o teletrabalho no setor público e privado, cria o regime de trabalho flexível e reforça os direitos dos trabalhadores em regime de trabalho à distância, procedendo à alteração do Código do Trabalho, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, e [812/XIV/2.ª](#) (PSD) — Altera o regime jurídico-laboral do teletrabalho (Décima nona alteração ao Código do Trabalho e primeira alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais). (O PS, o PSD, o BE, o CDS-PP, o PAN e a Deputada não inscrita Cristina Rodrigues retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição). Posteriormente, proferiram declarações de voto os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [Pedro Morais Soares](#) (CDS-PP), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS) e [Bebiana Cunha](#) (PAN).

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [780/XIV/2.ª](#) (PS) — Proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue, [943/XIV/3.ª](#) (PAN) — Promove a dádiva de sangue e proíbe a discriminação em razão da identidade de género ou orientação sexual na elegibilidade para dar sangue, [945/XIV/3.ª](#) (BE) — Proíbe a discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género, da expressão de género e das características sexuais na doação de sangue e [947/XIV/3.ª](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Altera a Lei n.º 37/2012, de 27 de agosto, impedindo a discriminação na dádiva de sangue em razão da orientação sexual.

Após ter sido rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [446/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece as bases da política de ambiente e ação climática, foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [131/XIV/1.ª](#) (PAN) — Lei de bases do clima, [526/XIV/2.ª](#) (PEV) — Lei-quadro da política climática, [577/XIV/2.ª](#) (PS) — Aprova a lei de bases da política do clima, [578/XIV/2.ª](#) (BE) — Lei de bases do clima, [598/XIV/2.ª](#) (PSD) — Lei de bases do clima, [605/XIV/2.ª](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Define as bases da política climática e [609/XIV/2.ª](#) (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Lei de bases da política climática. (O PS, o PSD, o BE, o PAN, o PEV e as Deputadas não inscritas Joacine Katar Moreira e Cristina Rodrigues retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição). Posteriormente, proferiram declarações de voto os Deputados [Luís Leite Ramos](#) (PSD),

[Alexandre Quintanilha](#) (PS), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Nelson Peralta](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Mariana Silva](#) (PEV).

Foram aprovados os n.ºs 72 a 76 do Diário relativos à sessão legislativa anterior.
A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 30 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 21 (2021.11.11)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

De seguida, na sequência dos incidentes processuais de cariz técnico verificados durante as votações regimentais da reunião plenária anterior, o Presidente deu conta de que a Mesa promoveu uma reunião com os serviços para apuramento do sucedido, tendo anunciado a realização de uma auditoria ao sistema informático do Plenário.

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 118/XIV/3.^a, das Propostas de Resolução n.ºs 34 e 35/XIV/3.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 1012 a 1017/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1499 a 1503/XIV/3.^a

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [920/XIV/2.^a](#) (IL) — Revoga o cartão do adepto, pela não discriminação e estigmatização de cidadãos em recintos desportivos (Quarta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho), que foi aprovado, [1012/XIV/3.^a](#) (PCP) — Proceda à quarta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, eliminando o cartão do adepto e as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, e [1016/XIV/3.^a](#) (CH) — Proceda à quarta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, e pela revogação da Portaria n.º 159/2020, de 26 de junho, que define as normas aplicáveis sobre o abreviadamente designado cartão do adepto, que foram rejeitados. Intervieram os Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Luís Monteiro](#) (BE), [Nelson Silva](#) (PAN), [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Eduardo Barroco de Melo](#) (PS), [Carla Madureira](#) (PSD) e [Miguel Matos](#) (PS).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [118/XIV/3.^a](#) (GOV) — Altera as taxas previstas no Código do Imposto Único de Circulação e prorroga as medidas de apoio ao transporte rodoviário previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais. Intervieram, além do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais ([António Mendonça Mendes](#)), os Deputados [Alexandre Poço](#) (PSD), [Nelson Silva](#) (PAN), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Fernando Anastácio](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD) e [Carlos Pereira](#) (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 59 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 1504 a 1506/XIV/3.ª

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 886/XIV/2.ª (CDS-PP) — Cessação de vigência do regime excecional de medidas de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça no âmbito da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, constante da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, que foi aprovado, 885/XIV/2.ª (PSD) — Revogação da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, relativa ao regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e 1017/XIV/3.ª (CH) — Revoga a Lei n.º 9/2020, de 10 de abril — Regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, criando ainda instrumentos de proteção de segurança pública e estabilidade na organização judicial, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Carlos Peixoto](#) (PSD), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [José Manuel Pureza](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), [José Cancela Moura](#) (PSD), [Mariana Silva](#) (PEV), [Cláudia Santos](#) (PS), [Nelson Silva](#) (PAN) e [Isabel Rodrigues](#) (PS).

Deu-se conta da caducidade do processo relativo à apreciação do Decreto-Lei n.º 51/2021, de 15 de junho, que aprova o Regulamento Consular [Apreciação Parlamentar n.º 51/XIV/2.ª (PSD)].

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 15 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 999/XIV/3.ª (PAN) — Reconhece e regula a figura do animal comunitário, reduz o prazo de reclamação dos animais não identificados recolhidos nos CRO e atribui ao Estado o encargo com os programas de esterilização de animais errantes ou comunitários, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2019, de 27 de junho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, que foi aprovado, 1001/XIV/3.ª (PAN) — Alarga a tutela criminal a todos os animais vertebrados, procedendo à quinquagésima quarta alteração do Código Penal (a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, pelo prazo de 15 dias, sem votação), 514/XIV/2.ª (PCP) — Cria uma campanha nacional de esterilização de animais no ano 2021, que foi rejeitado, e 1015/XIV/3.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Altera o Código Penal, alargando a proteção penal a todos os animais vertebrados (a requerimento da proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, pelo prazo de 15 dias). Pronunciaram-se, a diverso título, os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [João Gomes Marques](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Alma Rivera](#) (PCP), [Maria Germana Rocha](#) (PSD), [Palmira Maciel](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [João Cotrim](#)

de Figueiredo (IL), Dora Brandão (PS), Maria Manuel Rola (BE), Mariana Silva (PEV), Joana Bento (PS), André Neves e Emília Cerqueira (PSD), Pedro Delgado Alves e Francisco Rocha (PS) e Inês de Sousa Real (PAN).

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs 698/XIV/3.ª (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de Celso Augusto Baptista dos Santos e 699/XIV/3.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PAN) — De pesar pelo falecimento de Rui Oliveira e Costa, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 1011/XIV/3.ª (PS) — Prorrogação para o ano de 2022 do regime excecional e temporário do exercício de direito de voto antecipado para os eleitores que estejam em confinamento obrigatório no âmbito da pandemia da doença COVID-19 e os eleitores residentes em estruturas residenciais e estruturas similares, procedendo à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 3/2020, de 11 de novembro, tendo também sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado Pedro Delgado Alves (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 118/XIV/3.ª (GOV) — Altera as taxas previstas no Código do Imposto Único de Circulação e prorroga as medidas de apoio ao transporte rodoviário previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1408/XIV/2.ª (PEV) — Apanha de bivalves no estuário do Tejo.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 1081/XIV/2.ª (BE) — Pela interdição da caça em terrenos murados e pela inclusão de medidas para a conservação da biodiversidade no ordenamento cinegético, 1082/XIV/2.ª (BE) — Pela concretização de medidas que promovem a transparência no setor da caça e 1129/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Por uma maior proteção da saúde pública e dos animais na caça.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1167/XIV/2.ª (PSD) — Reforço da proteção laboral dos cuidadores informais.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 847/XIV/2.ª (PCP) — Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 165/XIV/1.ª (BE) — Redução da idade da reforma das pessoas com deficiência, 588/XIV/2.ª (PCP) — Condições de acesso à reforma para as pessoas com deficiência, 590/XIV/2.ª (PEV) — Antecipação da idade da reforma dos trabalhadores com deficiência e 617/XIV/2.ª (PAN) — Regime especial de acesso à reforma antecipada para pessoas com deficiência.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1480/XIV/3.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a criação de um sistema de videovigilância na floresta.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 823/XIV/2.ª (PEV) — Pela urgente e integral modernização da Linha do Oeste.

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Agricultura e Mar, relativo ao Projeto de Resolução n.º 27/XIV/1.ª (PCP) — Estabilização temporal do subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura;

Apresentado pela Comissão de Agricultura e Mar, relativo ao Projeto de Resolução n.º 95/XIV/1.ª (PCP) — Programa em defesa da pesca do cerco e dos seus profissionais;

Apresentado pela Comissão de Agricultura e Mar, relativo ao Projeto de Resolução n.º [1389/XIV/2.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo português o reconhecimento e a atribuição de um estatuto profissional ao Observador Marítimo de Pescas;

Apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [94/XIV/2.ª](#) (GOV) — Procede à revisão do Código dos Valores Mobiliários;

Apresentado pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [1481/XIV/3.ª](#) (BE) — Institui o dia 20 de outubro como o Dia Nacional das Acessibilidades e [1491/XIV/3.ª](#) (PAN) — Recomenda a Criação do Dia Nacional das Acessibilidades;

Apresentado pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [480/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que avance com a realização de obras urgentes no IC2 — Oliveira de Azeméis — que resolvam definitivamente a sinistralidade daquela via estruturante para o concelho de Oliveira de Azeméis; [501/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a realização urgente de obras no IC2 - Oliveira de Azeméis e [1344/XIV/2.ª](#) (BE) — Obras de requalificação no IC2, no troço que serve e atravessa o concelho de Oliveira de Azeméis, de forma a melhorar a qualidade da via e a reduzir a sinistralidade;

Apresentado pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [90/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que promova a coesão do Algarve através do resgate da concessão e requalificação dos troços da EN125 compreendidos entre Olhão e Vila Real de Santo António, [234/XIV/1.ª](#) (PCP) — Pela urgente conclusão das obras de requalificação da EN125 e [1388/XIV/2.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o lançamento das obras de requalificação da EN125 e que envolva os municípios no acompanhamento da gestão e manutenção da EN125;

Apresentado pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [949/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) — Adaptação das regras de acesso à medida APOIAR para empresas que continuem a trabalhar, [970/XIV/2.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à alteração das regras dos programas Apoiar + simples e Apoiar Rendas e [1051/XIV/2.ª](#) (PEV) — Recomenda ao Governo que alargue o programa APOIAR às empresas e aos empresários em nome individual que ficaram excluídos das medidas desse programa;

Apresentado pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [822/XIV/2.ª](#) (BE) — Pela requalificação de toda a Linha do Douro (Ermesinde-Barca d'Alva e subsequente ligação a Salamanca), [834/XIV/2.ª](#) (PAN) — Requalificação e funcionamento da Linha do Douro (Ermesinde-Barca d'Alva) e subsequente ligação a Salamanca, [843/XIV/2.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a modernização e eletrificação da Linha do Douro até Barca d'Alva e a reposição da sua conexão com a rede ferroviária espanhola, [847/XIV/2.ª](#) (PCP) — Pela requalificação e reabertura da Linha do Douro até Barca d'Alva e restabelecimento da ligação ferroviária internacional e [986/XIV/2.ª](#) (PEV) — Em defesa da Linha do Douro e pela reativação dos ramais.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados não autorizando um Deputado do PS e autorizando um Deputado do BE a intervirem em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 1018/XIV/3.ª (PSD) e da Proposta de Lei n.º 119/XIV/3.ª (GOV).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 12 horas e 36 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 24 (2021.11.18)

SUMÁRIO

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da apresentação dos Projetos de Lei n.ºs 1019 a 1022/XIV/3.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 1507 a 1515/XIV/3.^a

Foi apreciado e rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 1014/XIV/3.^a (PCP) — Regime extraordinário de proteção e apoio aos inquilinos, tendo-se pronunciado, a diverso título, os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Hugo Carvalho](#) (PS), [Márcia Passos](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Eduardo Barroco de Melo](#) (PS), [Nelson Silva](#) (PAN), [Luís Miguel Reis](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Maria Begonha](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Paulo Correia](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Carlos Silva](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS) e [João Oliveira](#) (PCP).

Foi discutida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 119/XIV/3.^a (GOV) — Procede à regulação da aplicação de contribuições especiais para o ano de 2022. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais ([António Mendonça Mendes](#)), os Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Nelson Silva](#) (PAN), [Duarte Alves](#) (PCP), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Vera Braz](#) (PS) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Deu-se conta de uma Deputada que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 55 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 25 (2021.11.19)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da apresentação dos Projetos de Resolução n.ºs 1516 a 1519/XIV/3.^a

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, que procede à regulamentação da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais [Apreciações Parlamentares n.ºs 48/XIV/2.^a (BE), 49/XIV/2.^a (PCP e PEV) e 50/XIV/2.^a (PSD)]. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro do Ambiente e da Ação Climática ([João Pedro Matos Fernandes](#)) e do Secretário de Estado Adjunto e da Energia ([João Galamba](#)), os Deputados [Nelson Peralta](#) (BE), [Carlos Pereira](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [João Miguel Nicolau](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Luís Leite Ramos](#) (PSD), [Joana Bento](#) (PS), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Cláudia André](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Nuno Fazenda](#) (PS), [José Maria Cardoso](#) (BE), [Carlos Brás](#) (PS), [Miguel Arrobas](#) (CDS-PP), [Ascenso Simões](#) (PS), [Adão Silva](#) e [Isabel Lopes](#) (PSD), [Hugo Pires](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) e [João Moura](#) (PSD) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 1520 a 1522/XIV/3.^a

Deu-se conta de uma Deputada que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 50 minutos.

DIVISÃO DE REDAÇÃO.